

**Coleção**  
**Edital Sistematizado**

Leonardo Garcia • Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão  
*Coordenação e pesquisa de jurisprudência*

# Caderno de Treino

Ministério Público Estadual

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

**5<sup>a</sup>**  
edição

Revista, atualizada  
e ampliada

2020

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

VOLUME DE QUESTÕES



BAIXO

## 1. LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI 8.625/93)

### 1.1. Das Disposições Gerais (arts. 1º a 4º)

#### QUESTÕES DISCURSIVAS

**1. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Estabeleça a distinção entre “independência funcional” (parágrafo único do art. 1º da Lei 8.625/93) e “autonomia funcional” (art. 3º, “caput”, da Lei 8.625/93).

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**1. (FCC/MPE/PB/Promotor/2018)** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, cabe ao Ministério Público propor ao Poder

- Legislativo a criação e extinção de cargos de carreira e dos serviços auxiliares.
- Judiciário o reajuste dos vencimentos dos seus membros.
- Executivo a promoção ou remoção de seus membros.
- Judiciário a edição de atos de disponibilidade de membros do Ministério Público.
- Legislativo a edição de atos de aposentadoria de seus membros.

**2. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** Quem é legitimado a propor alteração na Lei Federal n. 8.625/93, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

- o Procurador-Geral da República.
- o Conselho Nacional do Ministério Público.
- o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.
- o Presidente da República.
- nenhuma alternativa está correta.

### 1.2. Da Organização, Dos Órgãos de Administração (arts. 5º a 24)

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**3. (MPE/SP/Promotor/2019)** Assinale a alternativa incorreta.

- Compete ao Procurador-Geral de Justiça dispor sobre a organização e o funcionamento do Ministério Público, podendo, por

meio de ato normativo, regulamentar a criação ou extinção de Procuradorias e Promotorias de Justiça.

- A iniciativa legislativa prevista no art. 127, § 2º, da Constituição, para a criação de cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira do Ministério Público, no âmbito estadual, é privativa do Procurador-Geral de Justiça.
- A independência funcional garantida pelo art. 127, § 1º, da Constituição da República, não é irrestrita, pois o membro do Ministério Público deve respeito à Constituição da República e às leis.
- O princípio do Promotor Natural decorre das garantias da inamovibilidade dos membros do Ministério Público, da independência funcional, do devido processo legal, e do postulado da autoridade natural inerente à cláusula do devido processo legal, o que impede ao Procurador-Geral de Justiça designar, livremente, os membros do Ministério Público ou escolher, segundo critérios de conveniência e oportunidade, quem deva apreciar este ou aquele fato.
- O art. 128, § 5º, da Constituição da República, não substantiva reserva absoluta à lei complementar para conferir atribuições ao Ministério Público ou a cada um dos seus ramos, na União ou nos Estados-membros, porque a Constituição Federal admite que a Instituição possa exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. Leis ordinárias, portanto, podem aditar novas funções às diretamente outorgadas ao Ministério Público pela Constituição.

**4. (FCC/MPE/MT/Promotor/2019)** De acordo com a Lei nº 8.625/1993, compete ao chefe do Poder Executivo Estadual nomear o Procurador-Geral de Justiça, integrante de lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução:

- não estando o Governador do Estado obrigado a seguir os nomes apresentados na lista tríplice, por ser meramente indicativa pelos integrantes da instituição.
- nos 30 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
- nos 15 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
- nos 10 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
- não havendo prazo predefinido para a nomeação.

**5. (Cefet/MPE/BA/Promotor/2018)** Não compete ao Procurador-Geral de Justiça (Lei n. 8.625/93):

- Propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público.
- Integrar, como membro nato, e presidir o colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- Delegar suas funções administrativas.
- Dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito.
- Decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis.

**6. (Fapcc/MPE/MS/Promotor/2015)** Analise as proposições abaixo:

- o Colégio de Procuradores de Justiça tem a função de revisar algumas decisões administrativas e disciplinares específicas, tomadas por outros órgãos da Administração Superior, inclusive oriundas do Procurador-Geral de Justiça.
- os Procuradores de Justiça que oficiarem em grau de recurso podem e devem avaliar o trabalho desenvolvido pelo Promotor de Justiça em primeira instância, podendo enviar relatório ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- compete ao Conselho Superior do Ministério Público indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, membros da Instituição enquanto candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
- o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem atribuição para promover o inquérito civil e a ação civil pública contra Prefeito Municipal para a defesa do patrimônio público e social, podendo delegar essa atribuição a outro membro do Ministério Público.

Assinale a alternativa correta:

- todas as proposições estão corretas.
- somente as proposições I e II estão corretas.
- somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- somente as proposições I e IV estão corretas.
- somente as proposições II e III estão corretas.

**7. (FCC/MPE/PA/Promotor/2014)** A propósito da escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça é correto afirmar que é:

- nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante lista tríplice elaborada por eleição através de voto secreto dos integrantes da carreira dentre todos os seus membros vitalícios.
- escolhido pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os Procuradores de Justiça com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de dois anos.
- inelegível ao cargo o membro do Ministério Público ocupante de cargo de representação classista ou de cargo eletivo nos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tríplice dos mais votados dentre integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça, com mais de trinta e cinco anos de idade, previamente inscritos à eleição.
- eleito através de votação plurinominal de todos os membros da carreira, sendo o mais votado nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

**8. (MPE/SC/Promotor/2019)** Nos moldes da Lei n. 8.625/1993, o Colégio de Procuradores que possuir número superior a 50 (cinquenta) Procuradores de Justiça, poderá constituir Órgão Especial, cuja composição e número de integrantes a Lei Orgânica fixará.

**9. (MPE/GO/Promotor/2019)** Informe a assertiva que não está de acordo com as disposições da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

- Caberá ao Colégio de Procuradores de Justiça o julgamento de eventual recurso contra o vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça deliberar, por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação cível de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos previstos na lei.
- Pode o Colégio de Procuradores de Justiça recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.
- Cabe ao Colégio de Procuradores de Justiça, mediante recurso de legítimo interessado, rever a promoção de arquivamento de inquérito policial e de inquérito civil público pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de atribuição originária deste último.

**10. (FCC/MPE/MT/Promotor/2019)** Segundo dispõe a Lei nº 8.625/1993, o Colégio de Procuradores de Justiça de determinado Ministério Público Estadual é composto por todos os Procuradores de Justiça. Contudo, a lei orgânica poderá criar Órgão Especial para exercer suas atribuições, quando o Colégio de Procuradores de Justiça tiver mais de

- cinquenta e cinco Procuradores.
- quarenta Procuradores.
- cinquenta Procuradores.
- sessenta Procuradores.
- quarenta e cinco Procuradores.

**11. (FCC/MPE/PB/Promotor/2018)** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, para exercer as atribuições do Colégio de Procuradores da Justiça com número superior a 40 Procuradores de Justiça, poderá ser constituído Órgão Especial, cuja composição e número de integrantes a Lei Orgânica Estadual fixará. Entretanto, mesmo se constituído o Órgão Especial, inclui-se, dentre outras, nas atribuições da totalidade do Colégio de Procuradores de Justiça

- aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pelo Procurador-Geral de Justiça.
- julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro do Ministério Público.
- eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo-disciplinar.

**12. (MPE/RS/Promotor/2017)** Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

- As sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores serão públicas, assim como públicos serão todos os julgamentos referentes aos processos administrativos disciplinares, não se admitindo a decretação de sigilo.
- Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça eleger, dentre seus membros, em votação secreta, os integrantes do Órgão Especial e dar-lhes posse.
- Compete ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça elaborar anteprojetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- Compete ao Procurador-Geral de Justiça decidir sobre as sugestões encaminhadas pelo Órgão Especial do Colégio de

Procuradores acerca da criação, transformação e extinção de cargos do Ministério Público e dos serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das atividades institucionais.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- V, F, V, F.
- F, V, F, V.
- F, F, V, F.
- F, V, F, F.
- V, F, V, V.

**13. (MPE/SP/Promotor/2015)** Nos termos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dentre outras atribuições, compete:

- ao Colégio de Procuradores de Justiça propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.
- ao Procurador-Geral de Justiça representar aos Tribunais locais por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Federal.
- aos Procuradores de Justiça exercer as atribuições cometidas ao Procurador-Geral de Justiça junto aos Tribunais.
- aos Promotores de Justiça impetrar “habeas corpus” e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes.
- ao Corregedor-Geral do Ministério Público realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Está correto apenas o contido em:

- I, III e V.
- I, III e IV.
- II, III e V.
- II, IV e V.
- IV e V.

**14. (FCC/MPE/PA/Promotor/2014)** Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, ou ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, quando existente:

- elaborar proposta de orçamento de custeio e investimento, bem como de programação financeira.
- aprovar a constituição de Grupos de Atuação Especial (GAE), compostos por membros do Ministério Público.
- destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público e os Subcorregedores-Gerais, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão dos seus deveres legais.
- julgar o processo administrativo disciplinar instaurado contra membro do Ministério Público e aplicar as penalidades cabíveis.
- expedir recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.

**15. (MPE/PR/Promotor/2017)** Analise as assertivas abaixo e responda:

- Compete ao Colégio de Procuradores julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- Compete ao Conselho Superior do Ministério Público julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- Compete ao Corregedor-Geral decidir processo administrativo instaurado contra Procurador de Justiça.

IV. O Procurador-Geral de Justiça e os Subprocuradores-Gerais de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público.

V. A Coordenadoria de Recursos e os Procuradores de Justiça são órgãos auxiliares do Ministério Público.

- Somente as assertivas I e III estão corretas.
- Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- Somente as assertivas II e V estão corretas.
- Somente as assertivas I e IV estão corretas.

**16. (Cespe/MPE/CE/Promotor/2020)** Decidir sobre o vitaliciamento de membro do Ministério Público é atribuição do

- corregedor-geral do Ministério Público.
- ouvidor-geral de justiça.
- procurador-geral de justiça.
- Conselho Superior do Ministério Público.
- Colégio de Procuradores de Justiça.

**17. (FCC/MPE/PB/Promotor/2018)** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, além das atribuições previstas na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e em outras leis, compete ao Conselho Superior

- ajuizar ação penal de competência originária dos tribunais, nela oficiando.
- representar aos tribunais locais por inconstitucionalidade de leis em face da Constituição Estadual.
- rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.
- representar aos tribunais locais por inconstitucionalidade de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.
- representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais.

**18. (Cespe/MPE/AC/Promotor/2014)** Se um promotor de justiça do estado X instaurar inquérito civil e o arquivar, o arquivamento poderá ser revisto, com base na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/1993), pelo:

- juízo da vara competente para o caso.
- Vice-procurador-geral de justiça.
- colégio de Procuradores de Justiça.
- conselho Superior do Ministério Público.
- presidente do tribunal de justiça do referido estado.

**19. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de Administração e também de Execução do Ministério Público. Sobre a sua atuação, considere as seguintes assertivas:

- é quem tem atribuição para a formação da lista tríplice para a promoção por merecimento, devendo o Procurador-Geral de Justiça acatar a sua indicação de lista.
- é integrado apenas por Procuradores de Justiça, sendo vedada a participação de Promotores de Justiça.
- quanto à deliberação na análise de arquivamento de inquérito civil, pode converter o julgamento em diligências, que serão cumpridas pelo mesmo órgão de execução que promoveu o arquivamento.
- pode funcionar dividido por câmaras temáticas e também com dedicação exclusiva por parte dos Conselheiros.

Quais das assertivas acima estão corretas:

- apenas a I, II e III.
- apenas a II e III.
- apenas a I, III e IV.

- d) apenas a I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

**20. (MPE/RS/Promotor/2016)** Com relação ao Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Corregedor será eleito em sessão secreta, pelo mandato de dois anos, vedada a recondução.
- b) Promotor de Justiça, membro do Conselho Nacional, poderá ser eleito Corregedor.
- c) Somente os membros do Ministério Público que integram o Conselho Nacional poderão ser eleitos Corregedor.
- d) O Corregedor tomará posse imediatamente após a proclamação do resultado da eleição.
- e) O Corregedor não tem direito a voto em processos administrativos disciplinares julgados nas sessões plenárias do Conselho Nacional do Ministério Público.

**21. (FMP/MPE/RO/Promotor/2017)** Considere as seguintes alternativas sobre a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e sua interpretação.

- I. A condenação criminal, com trânsito em julgado, por crime incompatível com o exercício do cargo, pode acarretar, como efeito da condenação, a perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.
- II. Compete à Corregedoria-Geral do Ministério Público encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma da Lei Orgânica, incumba a ele decidir.
- III. O afastamento das funções em razão de férias é considerado de exercício efetivo para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.

Estão corretas apenas as assertivas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I e III
- e) III.

**22. (Cefet/MPE/BA/Promotor/2018)** No que diz respeito ao regimento contido na Lei n. 8.625/93, marque a alternativa correta:

- a) Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça cíveis e criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas de caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça, que baixará ato visando a atuação uniforme dos Promotores de Justiça.
- b) Incumbe ao Corregedor-Geral do Ministério Público designar, motivadamente, em caráter excepcional e temporário, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, Promotor de Justiça para atuar junto a qualquer órgão jurisdicional de primeiro grau.
- c) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do Ministério Público.
- d) O membro do Ministério Público poderá ter acesso ao indicado preso, a qualquer momento, exceto quando esteja decretada a sua incomunicabilidade.
- e) As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram são fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

### 1.3. Das Funções dos Órgãos de Execução, Dos Órgãos Auxiliares (arts. 25 a 37)

#### QUESTÕES DISCURSIVAS

**2. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** O inciso V do artigo 26 da Lei n. 8.625/93 estabelece que o Ministério Público, no exercício de suas funções, poderá “praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório”. Indaga-se: De acordo com a doutrina, o que se entende por “atos administrativos executórios, de caráter preparatório” a que alude o dispositivo supracitado? Fundamente e apresente três exemplos.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**23. (Cespe/MPE/CE/Promotor/2020)** No exercício de suas funções, o Ministério Público estadual poderá requisitar informações e documentos de autoridades, bem como de órgãos e entidades da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a requisição que tenha como destinatário governador de estado deverá ser encaminhada

- a) por promotor de justiça atuante na causa.
- b) pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- c) pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- d) pelo procurador-geral de justiça.
- e) por procurador de justiça atuante na causa.

**24. (MPE/SP/Promotor/2017)** No exercício de suas funções institucionais, cabe ao Ministério Público expedir recomendação. Quanto a esse instrumento, assinale a alternativa correta.

- a) Para a expedição de recomendação, deve ser instaurado inquérito civil.
- b) A expedição de recomendação pelo Ministério Público impede que qualquer outro legitimado ajuíze ação pelo mesmo fato.
- c) A recomendação não tem força vinculante, não obrigando o destinatário ao seu atendimento.
- d) O Ministério Público pode expedir recomendação, não sendo necessária qualquer motivação.
- e) O prazo para que o destinatário encaminhe, ao Ministério Público, resposta por escrito, é de 10 (dez) dias úteis, que pode ser prorrogado uma vez, por igual período.

**25. (MPE/MA/Promotor/2014)** De acordo com as previsões constantes da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo que seus princípios institucionais são a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a vitaliciedade de seus membros.
- b) além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público, propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face à Constituição Estadual.
- c) no exercício de suas funções, o Ministério Público poderá instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los, expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva,



inclusive por Oficial de Justiça, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei.

- d) os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e têm a garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- e) ao membro do Ministério Público é vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, ainda que como cotista ou acionista.

**26. (FCC/MPE/PE/Promotor/2014)** A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, não inclui entre os órgãos de execução:

- a) o corregedor-geral do Ministério Público.
- b) os promotores de justiça.
- c) o procurador-geral de justiça.
- d) o Conselho Superior do Ministério Público.
- e) os procuradores de justiça.

**27. (MPE/GO/Promotor/2014)** A Resolução n. 13 do Conselho Nacional do Ministério Público regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei n. 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal, e dá outras providências. Com base na referida resolução, é correto afirmar que:

- a) o membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições criminais, deverá dar andamento, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação que lhes sejam encaminhadas, podendo este prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até noventa dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares para a investigação dos fatos para formar juízo de valor.
- b) o prazo mínimo para resposta às requisições do Ministério Público será de cinco dias úteis, a contar do recebimento, salvo hipótese justificada de relevância e urgência e em casos de complementação de informações.
- c) ressalvadas as hipóteses de urgência, as notificações para comparecimento devem ser efetivadas com antecedência mínima de 48 horas, respeitadas, em qualquer caso, as prerrogativas legais pertinentes.
- d) o procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.

**28. (MPE/SC/Promotor/2019)** Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual e nas demais leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça, nos moldes da Lei n. 8.625/1993, representar para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

**29. (FCC/MPE/PB/Promotor/2018)** Promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação sobre interesses coletivos “lato sensu”, caberá ao órgão do Ministério Público encaminhá-los ao

- a) Conselho Superior do Ministério Público em até três dias para a necessária revisão, sob pena de falta grave.
- b) Conselho Superior do Ministério Público em até seis dias para a necessária revisão, sob pena de falta grave.
- c) Conselho Superior do Ministério Público em até dois dias para a necessária revisão, sob pena de falta grave.
- d) Conselho Superior do Ministério Público em até quinze dias, para a necessária revisão, sob pena de falta grave.
- e) arquivo da Promotoria de Justiça.

**30. (MPE/MS/Promotor/2018)** Assinale a alternativa correta:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a independência funcional e a vitaliciedade.
- b) É vedado ao membro do Ministério Público a denominada administração pública de interesses privados.
- c) O Supremo Tribunal Federal não admite a possibilidade de o Ministério Público Estadual formular diretamente ao próprio Supremo Tribunal Federal reclamação em que se discuta a inobservância de comando inserido em uma súmula vinculante.
- d) O Presidente da República não é legitimado para propor ao Congresso Nacional projeto de lei que disponha sobre normas gerais de organização do Ministério Público.
- e) Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, encaminhando relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

#### 1.4. Das Garantias e Prerrogativas (arts. 38 a 42)

##### QUESTÕES OBJETIVAS

**31. (FCC/MPE/PB/Promotor/2018)** A respeito das garantias e prerrogativas dos membros do MP, de acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, considere:

- I. O membro vitalício somente perderá o cargo pelo voto de 2/3 dos integrantes do Colégio de Procuradores da Justiça.
- II. O membro em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais.
- III. Os membros do Ministério Público têm, dentre outras, a prerrogativa, no exercício da função, de ter acesso ao indiciado preso, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

**32. (MPE/SC/Promotor/2016)** A vitaliciedade do membro do Ministério Público permite a perda do cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado proferida em ação instaurada para essa finalidade; ação movida pela prática de ato de improbidade administrativa; ou, em decorrência de decisão prolatada em processo disciplinar pelo Conselho Nacional do Ministério Público, assegurada, em todos os casos, a ampla defesa.

**33. (FCC/MPE/PE/Promotor/2014)** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, o membro do Ministério Público:

- a) adquire a vitaliciedade com três anos de efetivo exercício de suas funções, após o que só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- b) terá assegurado o direito de solicitar a presença do corregedor-geral do Ministério Público para ser indiciado em inquérito policial.
- c) com mais de dois anos de exercício só perderá o cargo por decisão do conselho superior do Ministério Público, tomada por maioria de dois terços.
- d) tem a prerrogativa de receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem.
- e) em disponibilidade remunerada não estará mais sujeito às vedações constitucionais.

**34. (MPE/GO/Promotor/2014)** Acerca das garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, aponte a alternativa incorreta:

- o membro do Ministério, arrolado como testemunha em qualquer inquérito ou processo, tem o direito ao ajuste prévio, com a autoridade processante, do dia, da hora e do local de comparecimento para ser ouvido. Como essa prerrogativa existe para preservar o exercício da função pública, a jurisprudência firmou o entendimento de sua aplicação ao membro que figure como réu ou investigado.
- caso o crime venha a ser cometido em outro Estado, as investigações e o processo-crime serão conduzidos pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado onde o investigado é membro do Ministério Público.
- é prerrogativa do membro do Ministério Público não ser indiciado em inquérito policial.
- nas infrações penais cometidas por membros do Ministério Público, as investigações serão diretamente presididas pelo Procurador-Geral de Justiça, não havendo qualquer impedimento legal de que este último designe, para aquele mesmo fim, outro membro da instituição.

**35. (MPE/PR/Promotor/2017)** Analise as assertivas abaixo. Constituem prerrogativas do membro do Ministério Público:

- Ter acesso a indiciado preso, a qualquer momento, ressalvada a decretação da incomunicabilidade do preso.
  - Ter acesso a quaisquer documentos ou registros relativos à atividade policial.
  - Ingressar e transitar livremente na sala das sessões dos Tribunais, exceto na parte reservada aos Magistrados.
  - Ser investigado pelo órgão competente do Tribunal de Justiça, quando praticar infração penal.
  - Não ser preso senão por ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade, sob pena de responsabilidade e relaxamento da prisão, fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça.
- Somente as assertivas I e III estão corretas.
  - Somente as assertivas II e IV estão corretas.
  - Somente as assertivas III e V estão corretas.
  - Somente as assertivas II e V estão corretas.
  - Somente as assertivas I e V estão corretas.

## 1.5. Dos Deveres e Vedações (arts. 43 a 44)

### QUESTÕES DISCURSIVAS

**3. (MPE/RJ/Promotor/2016)** Discorra sobre as hipóteses de perda do cargo de membro do Ministério Público.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**36. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** Considere as seguintes alternativas sobre a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e sua interpretação:

- é vedado o exercício da advocacia por membro do Ministério Público, sem qualquer exceção.
- é garantia do Promotor de Justiça nunca ser indiciado em inquérito policial, mesmo em caso de prática de crime doloso contra a vida.

III. o Procurador-Geral de Justiça pode delegar para outro membro da Instituição sua atribuição originária como órgão de execução.

Quais das assertivas acima estão corretas:

- apenas a I e II.
- apenas a II e III.
- apenas a II.
- apenas a I e III.
- apenas a III.

**37. (MPE/SP/Promotor/2015)** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

- é vedado aos membros do Ministério Público exercer qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério, exceto quando em disponibilidade ou aposentado.
- é vedado aos membros do Ministério Público exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
- são considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, inclusive para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de designação do Procurador-Geral de Justiça para realização de atividade de relevância para a instituição.
- são deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei, desempenhar com zelo e presteza as suas funções e assistir aos atos judiciais, quando conveniente a sua presença, a seu prudente juízo.
- o membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos: prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado; exercício da advocacia; e abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

Está correto apenas o contido em:

- II, III e V.
- I, II e V.
- I, III e IV.
- II e V.
- I, III e V.

**38. (FMP/MPE/RO/Promotor/2017)** Considere as seguintes assertivas.

- É assegurada ao membro do Ministério Público licença por luto, por até 8 dias, inclusive pelo falecimento de noras e genros.
- A impugnação ao vitaliciamento de membro do Ministério Público em estágio probatório suspende o exercício funcional até o definitivo julgamento.
- O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.
- O Promotor de Justiça, no exercício de suas funções, poderá praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório.

**Estão corretas apenas as assertivas**

- I, II e III.
- II e III.
- I, III e IV.
- I, II e IV.
- Todas as assertivas estão corretas.

## 1.6. Da Carreira (arts. 59 a 68)

### QUESTÕES OBJETIVAS

**39. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** O retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional denomina-se:

- reintegração.
- aproveitamento.
- reversão.
- reinserção.
- recondução.

**40. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** Em relação à carreira do membro do Ministério Público dos Estados, está correto afirmar que:

- na remoção voluntária por permuta, excepcionalmente, será devida ajuda de custo, desde que haja interesse da instituição na sua realização.
- a reversão será deferida preferencialmente no interesse do membro inativo que se arrependeu e quer retornar à atividade.
- a reintegração, com o retorno do membro ao cargo, dependerá sempre de decisão judicial com trânsito em julgado.
- a impugnação ao vitaliciamento de membro em estágio probatório acarreta a interrupção de seu exercício funcional até o definitivo julgamento.
- o membro aposentado compulsoriamente tem direito à reversão em caso de alteração das regras da aposentadoria.

## 2. NORMAS CONSTITUCIONAIS

### 2.1. Atribuições Constitucionais

#### QUESTÕES DISCURSIVAS

**4. (MPE/PR/Promotor/2019)** Discorra sobre as origens da Instituição Ministério Público, abordando: a) suas raízes remotas; b) sua origem francesa; c) sua origem lusitana; e d) a origem da expressão “Ministério Público”.

**5. (MPE/SP/Promotor/2013)** A existência do Ministério Público é cláusula pétreia na Constituição Federal?

#### QUESTÕES DISCURSIVAS

**6. (MPE/MT/Promotor/2014)** É recorrente que o Ministério Público, após a Constituição Federal brasileira de 1988, transformou-se numa instituição em que se deposita a confiança da sociedade mais vulnerável nas possibilidades de sua emancipação, pela tutela dos interesses difusos e coletivos. Discorra sobre os principais instrumentos de garantias constitucionais que possibilitam ao Ministério Público atingir essa finalidade, enfrentando a questão da possibilidade de tutelas de interesses individuais pelo Ministério Público.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**41. (Cespe/MPE/RR/Promotor/2017)** Com referência ao controle exercido pela administração pública, julgue os seguintes itens.

- Segundo o STJ, o acesso do MP a informações inseridas em procedimentos disciplinares em tramitação conduzidos pela OAB depende de prévia autorização judicial.

II. Segundo o STJ, o controle externo da atividade policial exercido pelo MP não lhe garante o acesso irrestrito a todos os relatórios de inteligência produzidos pela polícia, mas somente àqueles de natureza persecutório-penal relacionados com a atividade de investigação criminal.

III. Diante de razões de legalidade e de mérito, cabe recurso de decisões administrativas, o qual deverá ser dirigido à autoridade superior àquela que tiver proferido a decisão.

IV. Em se tratando de ação popular, o MP deverá acompanhar a ação, sendo-lhe facultado assumir a defesa de ato que eventualmente seja impugnado.

#### Estão certos apenas os itens

- I e II.
- I e IV.
- II e III.
- III e IV.

**42. (FCC/MPE/PA/Promotor/2014)** Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria, cabendo-lhe:

- prover os cargos da carreira nos casos de remoção, promoção e progressão funcional.
- encaminhar ao Poder Executivo suas folhas de pagamento para a expedição dos competentes demonstrativos.
- criar e extinguir seus cargos de carreira bem como de seus serviços auxiliares.
- fixar o reajuste do subsídio de seus membros e da remuneração de seus servidores.
- propor ao Poder Executivo o provimento dos cargos iniciais da carreira.

**43. (Cespe/MPE/TO/Promotor/2012)** A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- o MP pode deflagrar o processo legislativo de lei concernente aos planos de carreira de seus membros e servidores, não podendo, no entanto, fixar ou estabelecer a revisão dos respectivos vencimentos, em razão da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para essa matéria.
- a DPU é regulamentada por lei complementar, e as DPs estaduais, assegurada a autonomia funcional e administrativa, são regulamentadas por lei ordinária própria de cada estado da Federação, cabendo ao Poder Executivo estadual elaborar a proposta orçamentária da instituição.
- o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo absolutamente inviolável por seus atos e manifestações, inclusive em entrevistas aos meios de comunicação.
- ao MP cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e coletivos; para isso, ele possui, por exemplo, legitimidade para ajuizar ACP em defesa do patrimônio público e do meio ambiente.
- a Advocacia-Geral da União é instituição que representa a União, em juízo e fora dele, e presta consultoria jurídica e assessoramento ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

**44. (Cefet/MPE/BA/Promotor/2015)** Considere as assertivas abaixo:

- tendo em vista que as atribuições inseridas no artigo 129 da Constituição Federal de 1988 podem atingir interesses fundamentais, é correto concluir que o rol das funções institucionais do Ministério Público é exaustivo.
- cabe, com exclusividade, ao Ministério Público a promoção da ação penal pública.



III. a relevância jurídica do princípio institucional da indivisibilidade do Ministério Público é tamanha que o seu delineamento é dado pela atual Carta Magna. A aplicação deste princípio permite que integrantes de carreiras distintas possam ser substituídos uns pelos outros.

Pode-se afirmar que:

- apenas o item I está correto.
- somente os itens I e III estão corretos.
- todos os itens estão incorretos.
- apenas os itens II e III estão corretos.
- apenas o item III está correto.

**45. (MPE/SC/Promotor/2019)** A comunicação anônima, segundo a Resolução n. 23/2007, do CNMP, impede que o Ministério Público tome qualquer providência investigatória

## 2.2. Princípios Institucionais

### QUESTÕES OBJETIVAS

**46. (Cespe/MPE/CE/Promotor/2020)** Um membro do Ministério Público que atua em tribunal de justiça discorda do decidido em um acórdão da corte e pretende recorrer. Percebe, contudo, que o tribunal acolhera integralmente o que fora preconizado para o caso pelo promotor com atuação no primeiro grau. Nesse caso, o membro do parquet

- poderá recorrer, devido ao princípio institucional da independência funcional.
- poderá recorrer, por ocupar posição hierárquica superior em relação ao promotor com atuação no primeiro grau.
- não poderá recorrer, devido a preclusão processual lógica.
- não poderá recorrer, devido ao princípio institucional da unidade do Ministério Público.
- não poderá recorrer, devido ao princípio institucional da indivisibilidade do Ministério Público.

**47. (MPE/MS/Promotor/2018)** Assinale a alternativa correta.

- O membro do Ministério Público pode recusar atuação funcional quando receber de forma legítima ato de designação do Procurador-Geral de Justiça, pois inexistente na hipótese hierárquica administrativa.
- Afronta o princípio do Promotor Natural a subscrição da denúncia pelo Promotor de Justiça da Comarca e por Promotores de Justiça Substitutos que não foram designados ou que não detenham atribuição para o ato.
- O princípio da unidade não é violado na hipótese de dois membros do Ministério Público atuarem de maneira diversa no mesmo feito: enquanto um, apesar de ter denunciado o acusado, no desenrolar da instrução, pugna por sua absolvição, acolhida pelo juiz, outro interpõe apelação da sentença absolutória.
- Somente na hipótese de conclusão de procedimento administrativo disciplinar presidido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público indicar prática de ilícito penal por membro do Ministério Público, ao próprio Corregedor-Geral compete ajuizar a respectiva ação penal contra o membro da Instituição.
- O Procurador-Geral de Justiça pode expedir recomendação com caráter vinculativo, com vistas a servir aos interesses da lei e otimizar a atuação dos membros do Ministério Público.

**48. (Fapex/MPE/MS/Promotor/2015)** Analise as proposições abaixo:

- figuram entre os princípios institucionais do Ministério Público a vitaliciedade e a independência funcional.

II. o Ministério Público deve promover a imediata distribuição dos processos.

III. há subordinação hierárquica do membro do Ministério Público no plano administrativo, devendo acatar as decisões do órgão da Administração Superior.

IV. o Ministério Público, por expressa vedação legal, não pode exercer a administração pública de interesses privados.

Assinale a alternativa correta:

- todas as proposições estão corretas.
- somente as proposições II e III estão corretas.
- somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- somente as proposições III e IV estão corretas.
- nenhuma proposição está correta.

**49. (MPE/PR/Promotor/2016)** Assinale a alternativa incorreta:

- A instauração de procedimento preparatório deve ser reservada para aqueles casos em que nebulosa a identificação dos investigados ou do objeto a ser apurado.
- Como regra geral, fixada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento preparatório deve ser concluído em, no máximo, 90 (noventa) dias, permitindo-se apenas uma prorrogação por igual prazo, em caso de motivo justificável.
- São características do inquérito civil: a publicidade, a inquisitorialidade, a dispensabilidade e a titularidade exclusiva do Ministério Público.
- Como corolário do princípio da publicidade, o Promotor de Justiça poderá prestar informações aos meios de comunicação social sobre as investigações, externando com prudência juízos de valor sobre as apurações em curso.
- Conforme estabelecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, poderá, excepcionalmente, oficiar nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório o órgão responsável pela promoção de arquivamento não homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**50. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Segundo o artigo 127, § 1º, da Constituição Federal, são princípios institucionais do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Assim, é correto afirmar-se que:

- existe unidade e indivisibilidade entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.
- há unidade e indivisibilidade entre os diversos Ministérios Públicos Estaduais da Federação.
- a indivisibilidade significa que os seus membros podem ser substituídos uns pelos outros aleatoriamente.
- a unidade e indivisibilidade vigoram dentro de cada uma das Instituições Ministeriais, nos limites da lei.
- a independência funcional e a autonomia funcional possuem o mesmo significado.

**51. (UFMT/MPE/MT/Promotor/2014)** Assinale a alternativa que se encontra em desacordo com entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre os princípios e as garantias institucionais do Ministério Público.

- a instauração de inquérito civil público por Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso, mediante delegação do Procurador-Geral, para investigar suposta prática de ato de improbidade administrativa cometida pelo governador de Estado, adequa-se ao princípio do promotor natural.
- a obrigatoriedade no cumprimento de medidas estabelecidas no planejamento institucional como prioridade de atuação em determinado ramo do Ministério Público adequa-se ao princípio da independência funcional.

- c) a atuação de órgão ministerial desvinculada da Vara Judicial para a qual foi devidamente designado, pautada na organização interna da instituição, adequa-se ao princípio do promotor natural.
- d) a atuação do MP Estadual junto aos tribunais superiores, nas causas em que for parte, viola o princípio da unidade, já que cabe ao Procurador-Geral da República representar o Ministério Público perante o STJ e o STF.
- e) a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia.

**52. (FCC/MPE/PA/Promotor/2014)** Toda atividade do Ministério Público obedecerá aos princípios do planejamento estratégico e operacional, sendo que:

- a) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual serão elaborados pelo Colégio de Procuradores de Justiça e os Programas e Projetos Especiais pelas Procuradorias de Justiça e Promotorias de Justiça.
- b) são instrumentos do planejamento estratégico os Programas e Projetos Especiais, aprovados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante proposta das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- c) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual levarão em conta as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Estado do Pará e os Programas ou Planos de Atuação das Procuradorias e das Promotorias de Justiça elaborados por estas.
- d) cabe ao Corregedor-Geral do Ministério Público a fiscalização do cumprimento dos objetivos do Plano Geral de Atuação e do Plano Plurianual.
- e) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual são instrumentos programáticos e suas diretrizes e objetivos não obrigam os órgãos de administração e de execução do Ministério Público.

**53. (MPE/SC/Promotor/2016)** Dentre os princípios institucionais do Ministério Público encontram-se os da unidade e o da indivisibilidade. Esses princípios afastam, conforme posicionamento mais recente do Supremo Tribunal Federal, a incidência do denominado princípio do promotor natural.

**54. (MPE/SC/Promotor/2016)** O princípio da independência funcional permite que cada membro do Ministério Público tenha inteira autonomia em sua atuação, ressalvado o dever de, no plano administrativo, acatar as decisões e atos normativos dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

### 2.3. Estrutura Organizacional

#### QUESTÕES DISCURSIVAS

**7. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Segundo a Constituição Federal, o Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e os Ministérios Públicos dos Estados. Em face desta divisão, existe previsão normativa que acarrete o exercício das funções do Ministério Público Federal por membro do Ministério Público Estadual? Se não, justifique. Se sim, exemplifique.

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**55. (Fepese/MPE/SC/Promotor/2016)** A Constituição Federal estabelece que os Procuradores-Gerais nos Estados somente poderão ser destituídos do cargo de chefe da instituição por sentença

criminal transitada em julgado, com inafastável observância do contraditório e da ampla defesa. Havendo a destituição, será formada nova lista tríplice dentre integrantes da carreira, seguida de discricionária nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**56. (Fundep/MPE/MG/Promotor/2014)** É incorreto afirmar:

- a) são ineligíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que estiverem afastados do exercício do cargo para desempenho de função junto à associação de classe.
- b) a destituição do Procurador-Geral de Justiça prescinde de autorização da Assembleia Legislativa, desde que ocorra a expedição de expressa resolução pelo Colégio de Procuradores de Justiça nesse sentido.
- c) os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas nos edifícios onde exerçam suas funções, especialmente nos Tribunais e nos fóruns, cabendo-lhes a respectiva administração.
- d) poderá o Ministério Público expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimento, facultando ao seu membro, em caso de desatendimento injustificado, requisitar condução coercitiva quer pela Polícia Civil ou Polícia Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei.

### 2.4. Garantias e Vedações

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**57. (MPE/SC/Promotor/2019)** De acordo com a Lei n. 8.625/1993, o membro do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, pela prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado, pelo exercício da advocacia e por abandono do cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos.

**58. (FCC/MPE/AP/Promotor/2012)** Um eleitor, inscrito em Santa Catarina, peticionou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para requerer que fossem adotadas as providências cabíveis em relação a membros do Ministério Público daquele Estado que ocupavam cargos de Secretário de Estado no âmbito do Poder Executivo estadual. Em um primeiro momento, o CNMP houve por bem acolher a representação, tendo editado Resolução que determinava o desligamento imediato dos membros do Ministério Público de suas funções no Executivo estadual. Poucos dias depois, contudo, sem que houvesse provocação, o CNMP, por maioria de votos, editou uma segunda Resolução, conferindo prazo de 90 dias para o referido desligamento. Diante disso, o eleitor em questão ajuizou ação popular, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo a anulação da segunda Resolução do CNMP. No mérito, a pretensão do autor da ação:

- a) não encontra respaldo constitucional, uma vez que se trata de questão “interna corporis” do Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário analisar a conveniência e oportunidade da decisão tomada pelo CNMP.
- b) encontra suporte na previsão constitucional segundo a qual ao membro do Ministério Público é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, mas não possui o STF competência originária para a ação popular, nesse caso.
- c) somente encontraria respaldo constitucional se houvesse prejuízo ao erário, na hipótese de comprovado recebimento de subsídios pelos membros do Ministério Público, sem o exercício de suas atribuições.

- d) encontra suporte na previsão constitucional segundo a qual compete ao STF processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o CNMP.
- e) não possui respaldo constitucional, uma vez que o CNMP tem competência para fixar prazo para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ao analisar atos e contratos celebrados por órgãos ou membros dos Ministérios Públicos estaduais.

**59. (Fepese/MPE/SC/Promotor/2016)** Dentre as vedações previstas pela Constituição Federal aos membros do Ministério Público, encontram-se a proibição do exercício de atividade político-partidária e do exercício de qualquer outra função pública, ainda que o membro se encontre em disponibilidade.

## 2.5. Funções Institucionais

### QUESTÕES DISCURSIVAS

**8. (MPE/GO/Promotor/2014)** Salvo a atuação conjunta e integrada (atuação em plenário do tribunal do júri, propositura de ações cíveis ou penais, instauração e direção de inquéritos civis etc.), há outras situações de atuação de vários órgãos do Ministério Público, simultaneamente, no mesmo processo? Responda, em até uma lauda, de forma fundamentada, exemplificando.

**9. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Discorra sobre os limites constitucionais da investigação criminal pelo Ministério Público.

### QUESTÕES OBJETIVAS

**60. (MPE/GO/Promotor/2019)** Quando se trata de preservar a existência do Ministério Público como instituição de garantia dos direitos fundamentais e a sustentação de que esses direitos sejam respeitados e efetivados, Luigi Ferrajoli destaca que “este ulterior princípio foi introduzido na Constituição brasileira, cujo art. 129 alargou enormemente as atribuições do Ministério Público, chegando a incluir, além das tradicionais funções acusatórias, a possibilidade de manejar ações para a tutela dos direitos fundamentais e, em particular, dos direitos sociais, bem como dos interesses públicos e dos bens constitucionais violados pelos poderes públicos” (FERRAJOLI, Luigi. A democracia através dos direitos: o constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político. Trad. Alexander Araújo de Souza, Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, André Karam Trindade, Hermes Zaneti Júnior e Leonardo Menin. São Paulo: RT, 2015, p. 246-247). Acerca do texto, assinale a alternativa que se refere ao princípio tratado pelo jurista italiano:

- princípio da completude deontica.
- princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- princípio da acionabilidade.
- princípio da jurisdicionalidade.

**61. (MPE/SC/Promotor/2019)** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera

de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.

**62. (Cefet/MPE/BA/Promotor/2018)** Quanto ao regime jurídico (“lato sensu”) do Ministério Público, marque a alternativa incorreta:

- É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT (seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres) em benefício do segurado.
- A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- O Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.

**63. (MPE/GO/Promotor/2019)** Sobre o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

- O controle externo da atividade policial será exercido na forma de controle difuso (por todos os membros do Ministério Público com atribuição criminal, quando do exame dos procedimentos que lhes forem atribuídos) e em sede de controle concentrado (através de membros com atribuições específicas para o controle externo da atividade policial).
- Incumbe aos órgãos do Ministério Público, no exercício do controle externo da atividade policial, examinar na Delegacia de Polícia autos de inquérito policial, autos de prisão em flagrante ou qualquer expediente ou documento de natureza persecutória penal, salvo se estiverem conclusos à autoridade policial.
- Aos órgãos do Ministério Público incumbe, havendo fundada necessidade e conveniência, instaurar procedimento investigatório referente a ilícito penal ocorrido no exercício da atividade policial.
- Caberá aos órgãos do Ministério Público, no exercício das funções do controle externo da atividade policial, ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial civil e militar, incluindo as de polícia técnica desempenhadas por outros órgãos, em especial aos registros de autorizações judiciais para quebra de sigilo fiscal, bancário e de comunicações, dentre outros.

**64. (MPE/SC/Promotor/2019)** Compete ao Ministério Público da União promover ação visando ao cancelamento de naturalização, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

**65. (Fepese/MPE/SC/Promotor/2016)** Uma das funções institucionais previstas ao Ministério Público no texto constitucional federal é a de requisitar a instauração de inquérito policial, sendo exigida, contudo, em caso de requisição dirigida à autoridade policial, a prévia apresentação dos fundamentos jurídicos ao juízo criminal competente.

**66. (MPE/RS/Promotor/2016)** Assinale a alternativa que completa de forma incorreta a lacuna do enunciado abaixo. “Nos termos do artigo 130-A da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa

e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe (\_\_\_)”:

- a) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências
- b) zelar pela observância do artigo 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas
- c) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, excluídos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa
- d) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano
- e) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no artigo 84, inciso XI, da Carta (compete privativamente ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias)

**67. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Assinale a alternativa incorreta, sobre as funções institucionais do Ministério Público:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, representando às autoridades competentes para adoção das medidas necessárias a sua garantia.
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- e) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

**68. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** O poder de investigação criminal pelo Ministério Público, diz respeito a função Institucional-meio de natureza Constitucional e Infraconstitucional em razão da sua atividade-fim, no exercício do “jus puniendi” Estatal. Diante de tal assertiva, é correto afirmar que:

- a) embora seja atribuição do Ministério Público, no exercício de função típica, promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei (art. 129, inc. I, da Constituição Federal) é lícito asseverar que o Órgão Ministerial não possui o direito de acompanhar a investigação criminal, no inquérito policial, por se tratar de atividade sigilosa e inquisitiva, e de atribuição exclusiva da Polícia Judiciária (art. 144, inc. IV, da Constituição Federal).
- b) é lícito que o Membro do Ministério Público, no exercício do controle externo da atividade policial, tome declarações

da vítima e depoimentos testemunhais, no inquérito policial, visando à futura proposição da ação penal pública.

- c) o Ministério Público, não está autorizado a exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, inc. VII da Constituição Federal) em relação à investigação policial, devendo sustentar a acusação formal no processo penal, com base nos dados probatórios e elementos informativos obtidos no inquérito policial, que estejam exclusivamente vinculados à investigação criminal desenvolvida pela Autoridade Policial.
- d) o Ministério Público, está autorizado a exercer o controle externo da atividade policial, no que tange ao aspecto hierárquico e administrativo interno da prática de atos ordinatórios das Polícias Judiciárias.
- e) trata-se de função supletiva do Órgão Ministerial, na fase preliminar de investigação, decorrente da teoria dos poderes implícitos da Constituição Federal, que se concebe por interpretação aberta da primeira parte do art. 129, inc. IX, da Lei Maior, que diz: “São funções institucionais do Ministério Público: (...) IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade...”.

**69. (MP/DFT/Promotor/2013)** Ainda com relação ao Ministério Público e seus membros, assinale a incorreta:

- a) a atual Constituição veda aos membros do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.
- b) aos membros do Ministério Público está vedado o exercício da advocacia, mesmo em causa própria.
- c) o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de questionar benefício de natureza fiscal concedido pelo Distrito Federal a determinada empresa.
- d) o Ministério Público tem o poder de instituir inquérito civil e não tem, nesse mister, de respeitar a ampla defesa e o contraditório.
- e) entre as funções do Ministério Público inclui-se a de promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

**70. (MPE/GO/Promotor/2014)** Julgue, com base na mais recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as assertivas abaixo, assinalando, após, a alternativa correta:

- I. os conflitos negativos de atribuição entre membro do Ministério Público Federal e de Ministério Público de Estado-membro devem ser resolvidos, em analogia com a forma prevista na Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça, pois, dado o princípio federativo, somente o Ministério Público da União pode dizer do interesse ou não dessa pessoa política no tocante à situação objeto do dissídio.
- II. o Ministério Público de Estado-membro não dispõe de legitimação para interpor recursos e sustentar oralmente no âmbito da Suprema Corte, pois, quando da apreciação executiva do projeto que veio a converter-se na Lei 8.625/1993, houve veto sobre o texto do inciso IV do art. 29, em que se previa que o Procurador-Geral de Justiça poderia ocupar a tribuna nas sessões do Supremo Tribunal Federal.
- III. conquanto autônomo, sujeita-se o Ministério Público à fiscalização externa do Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e, também, ao controle jurisdicional, além de ao controle interno do Poder Executivo.
- IV. não incorre em inconstitucionalidade, sequer por ofensa ao princípio do promotor natural e à competência privativa da União para legislar em matéria de processo, a lei orgânica estadual que atribua ao Procurador-Geral de Justiça o ajuizamento de ação civil pública em desfavor de membros do Poder Judiciário e de membros do próprio Ministério Público:



- a) todas as assertivas são incorretas.
- b) as assertivas I, II e III são incorretas.
- c) as assertivas I, III e IV são incorretas.
- d) as assertivas II, III e IV são incorretas.

## 2.6. Ministério Público de Contas

### QUESTÕES OBJETIVAS

**71. (MPE/GO/Promotor/2019)** Assinale a alternativa que não corresponde à jurisprudência do STF:

- a) O Ministério Público de Contas possui legitimidade ativa ad causam para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
- c) O Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- d) O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo.

## 2.7. Conselho Nacional do Ministério Público

### QUESTÕES OBJETIVAS

**72. (Cespe/MPE/CE/Promotor/2020)** Segundo a CF, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

- a) é presidido pelo corregedor nacional do Ministério Público.
- b) conta obrigatoriamente com advogados públicos e juízes na sua composição.
- c) é competente para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público.
- d) pode rever, desde que mediante provocação, processos disciplinares de membros do Ministério Público.
- e) escolherá, em votação secreta, um corregedor nacional, dentre todos os membros integrantes do CNMP.

**73. (MPE/SC/Promotor/2019)** O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação secreta, um Corregedor Nacional dentre os membros que o integram, vedada a recondução.

**74. (FCC/MPE/MT/Promotor/2019)** Promovido o arquivamento do procedimento administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, segundo Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 174/2017, caberá ao membro do Ministério Público:

- a) comunicar o Conselho Superior do Ministério Público ou a Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, com a remessa dos autos para homologação do arquivamento.
- b) determinar o encaminhamento dos autos ao arquivo, sem outras formalidades.
- c) determinar o encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento.
- d) determinar o encaminhamento dos autos ao Conselho Nacional do Ministério Público para revisão.
- e) comunicar o Conselho Superior do Ministério Público ou a Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento.

**75. (Cespe/MPE/PI/Promotor/2019)** Com base na Resolução nº 118/2014 do CNMP, assinale a opção que indica a recomendada prática autocompositiva na qual o Ministério Público pode atuar como parte em razão de sua condição de representante adequado e legitimado universal na defesa de direitos e interesses da sociedade.

- a) negociação.
- b) conciliação.
- c) mediação.
- d) prática restaurativa.
- e) convenção processual.

**76. (Cespe/MPE/PI/Promotor/2019)** Considerando-se a Resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público, acerca da adoção de mecanismos de autocomposição pacífica dos conflitos, controvérsias e problemas, é correto afirmar que

- a) a negociação é recomendada para solucionar controvérsias que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.
- b) a mediação é recomendada para os conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal.
- c) a conciliação é recomendada para resolver controvérsias relativas a direitos ou interesses que pertençam às áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções que proponham soluções para a resolução de conflitos.
- d) a referida resolução não prevê medida de prática restaurativa entre autor e vítima.
- e) a procuradoria-geral da República será responsável por compilar informações sobre a resolução autocompositiva de conflitos.

**77. (MPE/RS/Promotor/2016)** De acordo com as Resoluções em vigência do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) Nos inquéritos policiais, em que houver quebra de sigilo de comunicações a requerimento da autoridade policial e deferida na forma da lei, o membro do Ministério Público está dispensado de levar a efeito controle sobre o prazo para conclusão das indagações policiais, pois se trata de atividade típica da polícia judiciária.
- b) O membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional deve inspecionar pessoalmente os serviços de acolhimento familiar sob sua responsabilidade. Se as respectivas unidades do Ministério Público, no entanto, forem dotadas de equipe interdisciplinar composta por (01) psicólogo e um (01) pedagogo, o membro do Ministério Público com atribuição em matéria de infância e juventude não-infracional poderá delegar, desde que subscreva o relatório daí resultante, a realização da inspeção anual, a ser realizada no mês de março, denominada inspeção anual, para a referida equipe.
- c) Apenas a Polícia Federal e as Polícias Civis dos Estados membros estão sujeitas, na forma do inciso VII do artigo 129 da Constituição Federal, ao controle externo do Ministério Público.
- d) Ato normativo da Corregedoria-Geral da respectiva unidade do Ministério Público poderá prever hipótese de dispensa das inspeções bimestrais das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, desde que atendidos critérios objetivos quanto ao respectivo funcionamento (como, por exemplo, a inexistência de rebelião nos últimos seis meses; a inexistência de excesso de ocupação e a inexistência de registro de tortura ou maus-tratos nos últimos seis meses).



- e) Os membros do Ministério Público incumbidos do controle do sistema carcerário devem visitar uma vez a cada semestre os estabelecimentos penais sob sua responsabilidade, registrando sua presença em livro próprio.

**78. (Fadems/MPE/MS/Promotor/2013)** Segundo a Constituição Federal, apenas um dos registros abaixo está errado, quanto à composição do Conselho Nacional do Ministério Público:

- quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras.
- três membros do Ministério Público dos Estados.
- dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
- dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

**79. (Fapec/MPE/MS/Promotor/2015)** O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme a Constituição Federal:

- compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- escolherá, em votação secreta, um Corregedor Nacional, que necessariamente deverá ser Procurador da República ou Procurador de Justiça que integre o colegiado, vedando-se a recondução.
- pode rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- pode receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público, ressalvando-se seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição.
- pode avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade, a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, a perda do cargo, inclusive do membro do Ministério Público vitalício, e aplicar outras sanções administrativas, assegurada a ampla defesa.

**80. (Cefet/MPE/BA/Promotor/2015)** Marque a alternativa incorreta: Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe (Artigo 130-A, § 2º da Constituição Federal de 1988):

- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- zelar pela observância do artigo 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.
- receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto contra os seus serviços auxiliares, que estão submetidos a regime jurídico disciplinar próprio, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais

ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

- rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no artigo 84, XI.

**81. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** O Conselho Nacional do Ministério Público vêm expedindo resoluções de cunho vinculativo aos Ministérios Públicos em diferentes áreas de atuação. Considere as seguintes assertivas:

- essas resoluções não podem ser vinculativas, pois ferem os princípios da autonomia administrativa e funcional dos Ministérios Públicos.
- essas resoluções devem ser compreendidas como meras recomendações.
- são constitucionais as resoluções expedidas pelo CNMP e devem ser atendidas plenamente.

Quais das assertivas acima estão corretas:

- apenas a II.
- apenas a III.
- apenas a I e III.
- apenas a II e III.
- I, II e III.

**82. (Fapec/MPE/MS/Promotor/2015)** Nos crimes de responsabilidade, processar e julgar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público compete:

- ao Supremo Tribunal Federal.
- ao Superior Tribunal de Justiça.
- a Câmara dos Deputados.
- ao Senado Federal.
- ao Congresso Nacional.

**83. (Fundep/MPE/MG/Promotor/2014)** O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi introduzido em nosso ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004. Analise as seguintes assertivas sobre sua composição e atribuições:

- o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- o Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-Geral da República, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados oficialará junto ao Conselho.
- ao Conselho Nacional do Ministério Público compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- entre os seus integrantes, estão três membros do Ministério Público dos Estados e três juízes, dois indicados pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.

Está incorreto o que se afirma em:

- I e II.
- I e III.
- I e IV.
- II e IV.

**84. (Cespe/MPE/RO/Promotor/2013)** Acerca do CNMP, assinale a opção correta.

- segundo a jurisprudência do STF, o CNMP detém competência para rever decisões em processo disciplinar instaurado contra servidor efetivo do MPU ou dos MPEs.
- o STF considera constitucional a resolução do CNMP que, ao disciplinar o exercício de cargos públicos, determinou que os membros do MP, especialmente aqueles que ingressaram na instituição após a promulgação da CF, não podem exercer cargos ou funções em órgãos estranhos à organização do MP, somente podendo ser titulares de cargos em comissão ou de funções de confiança em órgãos situados na própria estrutura administrativa do MP.
- a confirmação do procurador-geral da República para a presidência do CNMP depende de aprovação do Senado Federal, após sabatina.
- os membros do CNMP oriundos dos MPEs serão indicados pelos respectivos procuradores-gerais de justiça, a partir de lista tríplice elaborada pelos integrantes da carreira de cada instituição, não se exigindo, na composição da referida lista, que os membros possuam mais de trinta e cinco anos de idade ou já tenham completado mais de dez anos na respectiva carreira.
- o presidente do Conselho Federal da OAB oficia junto ao CNMP, mas não pode usar da palavra em plenário.

**85. (FMP/MPE/AM/Promotor/2015)** De acordo com a Resolução n. 26/ 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público, considere as seguintes assertivas:

- o parecer desfavorável emitido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público impede a autorização do Procurador-Geral de Justiça para que membro possa residir fora da Comarca, por ser medida excepcional.
- o ato do Procurador-Geral de Justiça poderá ser mais restritivo que os termos desta resolução, criando outros requisitos nela não previstos para a autorização de residência fora da Comarca.
- se a Comarca fizer fronteira com outro Estado, desde que o membro cumpra os demais requisitos da resolução, poderá a autorização do Procurador-Geral de Justiça permitir a residência do membro em Comarca de outro Estado.

Quais das assertivas acima estão corretas:

- I, II e III.
- apenas a I e III.
- apenas a II e III.
- apenas a II.
- apenas a I.

**86. (MPE/SC/Promotor/2016)** Presidido pelo Procurador-Geral da República, o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatro membros do Ministério Público Federal, três membros do Ministério Público Estadual, dois juizes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça, dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

**87. (MPE/PR/Promotor/2013)** Considerando o rol de competências do Conselho Nacional do Ministério Público expressamente previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- avocar processos disciplinares ainda em curso perante as Corregedorias dos Ministérios Públicos dos Estados.
- rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados há menos de um

ano, não apenas para o controle formal da legalidade, mas para decidir o mérito do processo disciplinar de forma diversa.

- determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios proporcionais ao tempo de serviço, bem como aplicar a pena de cassação da aposentadoria ou de disponibilidade, desde que ouvido o Conselho Superior do Ministério Público respectivo e assegurada ampla defesa.
- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- zelar pela observância dos princípios constitucionais da administração pública e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

## 2.8. Procurador-Geral da República

### QUESTÕES OBJETIVAS

**88. (MPE/SP/Promotor/2017)** O conflito de atribuições entre Órgãos de Execução que integram Ministérios Públicos de Estados diversos será dirimido pelo

- Superior Tribunal de Justiça.
- Conselho Nacional do Ministério Público.
- Supremo Tribunal Federal.
- Procurador-Geral da República.
- Procurador-Geral de Justiça dos Estados envolvidos, por prevenção.

**89. (UFMT/MPE/MT/Promotor/2012)** Segundo a Constituição Federal de 1988, antes do final do seu mandato, o Procurador Geral da República pode ser destituído pelo Presidente da República. Para que isso ocorra, o Senado Federal precisa emitir autorização:

- por maioria simples.
- por maioria de dois terços de seus componentes.
- por maioria de três quintos de seus componentes.
- por maioria absoluta.
- por maioria de três quartos de seus integrantes.

**90. (MPE/SC/Promotor/2016)** O Presidente da República nomeia o Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Por sua vez, o Procurador-Geral da República nomeia o Procurador-Geral da Justiça Militar e o Procurador-Geral do Trabalho.

**91. (Cespe/MPE/RO/Promotor/2013)** No que se refere ao regime constitucional do MP, assinale a opção correta.

- de acordo com a CF, promotor de justiça pode exercer atividade político-partidária, desde que haja previsão nesse sentido em lei e o promotor esteja licenciado do cargo.
- o procurador-geral de justiça, que possui estabilidade relativa no cargo, pode ser destituído por deliberação da maioria absoluta dos membros da assembleia legislativa.
- em casos excepcionais, a CF autoriza que o MPE exerça a representação judicial de autarquias estaduais.
- uma das garantias dos membros do MP é a vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, período após o qual a perda do cargo está condicionada à existência de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.
- compete ao MPE ajuizar ACP com pedidos múltiplos em matéria de direitos difusos, como, por exemplo, pedido de

declaração de inconstitucionalidade de determinada lei estadual.

### 3. ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (LC 75/93)

#### QUESTÕES OBJETIVAS

**92. (Cespe/MPE/AC/Promotor/2014)** Considere que um promotor de justiça de determinado estado da Federação tenha requisitado a instauração de inquérito policial e que, no curso da investigação, o delegado constate indício de que membro do MPU tenha cometido infração penal. Nessa situação, com base na Lei Complementar n. 75/1993:

- a) os autos deverão ser remetidos ao procurador-geral da República para as providências pertinentes.
- b) o membro do MPU deverá ser indiciado, e o delegado continuará a investigação.
- c) o promotor de justiça deverá continuar a investigação.
- d) o procurador de justiça do estado deverá dar continuidade à investigação.
- e) o procurador regional da República deverá dar continuidade à investigação.

**93. (MPE/SC/Promotor/2016)** Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público Federal.